

## A Saúde do Trabalhador e a guerra

**Heleno Corrêa Filho**

[Epidemiologista - Pesquisador Colaborador Associado UnB]

Nós, trabalhadores brasileiros supúnhamos estar livres da guerra. Não tínhamos o que “temer” porque vez que somos um grande país, temos capacidade industrial, força bélica, e não ameaçávamos os países vizinhos. Negociávamos multilateralmente com a América Central e do Sul as regras comerciais e diplomáticas para abrir fronteiras, reconhecer diplomas, garantir leis, e permitir a livre movimentação civilizada de pessoas e bens. Os militares brasileiros, acostumados há mais de um século de conspiração liderada por maçons antidemocratas e escolas militares anti-civis, obtinham de volta o respeito popular. Passariam a ser respeitados pela defesa dos civis que pagam seus salários sob o lema perdido de: “Morrer se preciso for. Matar nunca”. Recuperávamos a confiança de que as forças armadas caminhavam para o respeito às leis e nos mostrávamos dispostos a esquecer, com a anistia autoconcedida por eles, os crimes de guerra cometidos contra civis desarmados e presos durante a ditadura militar de 1964-1985. Estávamos errados em pensar que a paz estava garantida por que não ameaçávamos ninguém, não havia motivos para que nos ameaçassem, e as forças armadas teriam deixado de ver o povo civil como seu inimigo ou escravo. A onda neoliberal ultradireitista reviveu argumentos fascistas de que o inimigo é o cidadão que vive no mesmo país. Grupos de pessoas diferentes devem ser subjugados para que “a felicidade bata em sua porta”.

Quem deve perder direitos são os migrantes, os pobres, os indígenas, os quilombolas, as mulheres, e todos que defendam o direito de grupos não são considerados pertencentes “um só país”. O país não dá direito a ter reconhecidas suas partes. Tem que ser um todo que não inclui a diversidade da maioria dos que moram nele.

No Brasil mais da metade somos pretos e pardos. O grupo que pretende comandar “o todo” conquistou o poder pelo voto dizendo que as partes ameaçam o país inteiro e por isso o país deve ser “um só”. O combate aos cidadãos considerados inimigos internos reviveu o fascismo na cor do ônix - o simbólico preto totalitário dos aprendizes de Mussolini -, resultando na perseguição das minorias.

Como na Alemanha de Hitler, a pobreza, desemprego, corrupção, e a violência, passaram a ser culpa de quem não aceita uma só raça e um só país. Quem está no poder é inimigo da maioria. A lição de como os nazifascistas terminaram seus dias não evitou a ameaça de invadir e fomentar golpes e guerras nos países que não se dobraram à

nova regra dos monopólios financeiros e políticos internacionais. O novo poder se reúne onde a posse política aconteceu com eleições sob medo, calúnia, e ausência de debates. Ameaça armar as oposições venezuelanas fomentando a sedição e ocupação externa, animado pelo padrão americano que veio assegurar armas, dinheiro e sabotagem. A ameaça de guerra para brasileiros desapareceu depois da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Voltamos 150 anos ao passado com bravatas diplomáticas e ameaças guerreiras. Os trabalhadores não podem ignorar a ação contra suas vidas, a de seus filhos e irmãos trabalhadores de outros países. A guerra é a destruição da capacidade produtiva entre grupos políticos armados. Os trabalhadores vivem permanentemente em luta contra o poder financeiro que busca subjugar e destruir. A defesa da vida e da saúde é a missão específica da Saúde Coletiva e, dentro dela, da Saúde do Trabalhador. Ao ameaçar a guerra intervencionista os banqueiros, políticos, juizes, governantes, estão colocando a morte como tarefa destrutiva de seus escravos armados. Pretendem dispor em linha de cadáveres as vidas dos trabalhadores nas frentes de batalha. A ameaça de guerra pelo governo brasileiro em 2019 não tem “missão humanitária”. Não aconteceu nenhum terremoto na Venezuela e não há guerra civil como aconteceu no Haiti após os americanos derrubarem um governo legítimo eleito. Essa guerra não tem a desculpa do narcotráfico que levou soldados brasileiros a invadirem a República Dominicana chefiados por oficiais americanos em 1965, mediante uma resolução da OEA.

Os fascistas de 1945 viram seus líderes pender fuzilados em postes de cabeça para baixo, com seus chefes envenenando as filhas e tomando cápsulas de cianureto.

No lado democrático morreram centenas de jovens trabalhadores brasileiros em solo Italiano para livrar o planeta dessa praga guerreira que infesta a política interna e externa brasileira. A guerra intervencionista é inconstitucional, ilegal, e imoral mesmo segundo princípios capitalistas sociais democráticos. Na prática pretende resolver a guerra interna contra a maioria do povo que não desejou um clima político totalitário de um país acima de tudo, e um deus (qual Deus?) acima de todos. A guerra intervencionista é a mais desgraçada ameaça contra a vida e a saúde das famílias de trabalhadores no Brasil, na Venezuela e em toda a América Latina, com ou sem muros de vergonha e controle do tráfico de drogas ilegais extremamente lucrativas para os armamentistas. ■■■■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*